

6. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de delegação de competências, que se anexa.

PROPOSTA

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Por proposta que apresentei ao Executivo Municipal na sua reunião datada de 28 de outubro de 2013 solicitei que me fossem delegadas algumas competências para melhor funcionamento da Autarquia.

Não tendo solicitada a delegação de competências no âmbito do Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas nem no âmbito do Código dos Contratos Públicos, vimos funcionando, no primeiro caso, com a submissão ao Executivo dos pedidos de autorização para a realização de despesas que ultrapassam a minha competência própria (149.639,36 €), enquanto no segundo caso vimos também submetendo à aprovação do mesmo Executivo os atos de competência deste, como sejam aprovações de minutas de contratos, contratos, etc.

Naturalmente, como todos compreenderão, num Município como o nosso, é muito fácil que um projeto ultrapasse a minha competência própria de autorização de despesa, originando muitas vezes alguma morosidade procedimental.

Assim, com o objetivo de tornar mais célere os circuitos procedimentais de realização de despesas e considerando que o regime de realização de despesas se encontra regulado em diploma específico, ainda em vigor (D.L.197/99 de 8 de julho), e nos termos do disposto no nº1 do artigo 18º, conjugado com o n.º 2 do art.º 29º, ambos do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Julho, e também tendo em consideração o disposto na alínea f) do nº1 do artigo 35º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, propõe-se que seja delegada no Presidente da Câmara competência para autorizar as despesas supra mencionadas acima dos 149.639,40 €uros e até 748.196,85 (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos); Constantes do D.L. nº 197/99 DE 8 DE JULHO (Autorização para obras ou reparações por administração direta) : Nos termos do disposto no nº2 do artigo 18º do D.L.197/99 de 8 de Julho, propõe-se que seja delegada no Presidente da Câmara competência para autorizar a realização de obras ou reparações por administração direta até 149.639,40 € constantes no Código dos Contratos Públicos: Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 109º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos), propõe-se que sejam delegadas, no Presidente da Câmara, as competências atribuídas pelo referido Código à Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

